



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 04

do processo nº 01 – PL 290 de 2018, 07.06.18 (a)

Karlos Izidório de Andrade
Assistente Parlamentar
SGP-22

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 06 JUN 2018
Const. Just. e Leg. Partida,
Administ. e Polít. Exter.
Educação e Cultura
Saúde, Prom. Soc. e Pol. Urb. e Meio Amb.
Trabalho e Emprego
 PRÉSIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

08 JUN 2018.


Antonio Isoldi Caleari

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ASSESSORIA DE ANÁLISE E REGISTRO DAS PROPOSITURAS

EM 08/06/2018 AS 18 hs
POR Bia

SAÍDA: 28/06/2018 AS: 17 H30 ASS: Bia

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Seguem, juntados nesta data Papel para informação Documento rubricados sob

Folhas de nºs 05-06 em 28/06/18

BRUNO LUCCHETTA
Técnico Administrativo
R.F. 11.455



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Bruno Lucchetta
RF 11.455

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 290/18

Realizada a pesquisa, foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;
- Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, que consolida a legislação relativa ao idoso no Estado de São Paulo;
- Lei Orgânica do Município, artigos 222 e seguintes;
- Lei Municipal nº 12.940, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Programa Terceira Idade em Movimento, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.718, de 08 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização dos Clubes Desportivos Municipais, e da outras providências;
- Lei Municipal nº 13.834, de 27 de maio de 2004, que institui a Política do Idoso, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.727, de 15 de maio de 2008, que institui no âmbito do Município de São Paulo, o Programa "Movimentando a Terceira Idade", e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.905, de 06 de fevereiro de 2009, que cria o Programa de Envelhecimento Ativo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012, que cria o Fundo Municipal do Idoso;
- Lei Municipal nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências;
- Decreto nº 43.904, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o atendimento, pelo Poder Público Municipal, a pessoa da Terceira Idade;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Bruno Lucchetta
RF 11.455

- PL nº 808/2005, que dispõe sobre a abertura dos espaços disponíveis, onde houver instalações adequadas, das subprefeituras, inclusive nos finais de semana, para grupos de 3ª idade, em atividades que especifíca.

- PL nº 727/2007, que institui a semana “Terceira Idade em Movimento” no município de São Paulo, e dá outras providências;

- PL nº 252/2012, que dispõe sobre o programa prática esportiva para idosos, e dá outras providências.

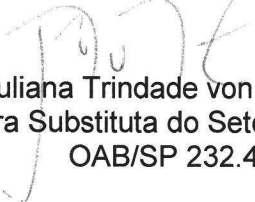
- PL nº 156/2018, que institui o programa municipal de inserção social do idoso, e dá outras providências.

A pesquisa constatou a existência de diversas normas e projetos acerca da temática proposta, mas nenhum com conteúdo idêntico com o projeto analisado. Desta forma, não incide o disposto no inciso IV, do art. 212 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 04.

São Paulo, 22 de junho de 2018.


Camila Moraes Cajaiba Garcez Marins
Procuradora Legislativa
OAB/SP 172.690


Juliana Trindade von T Eberlin
Procuradora Supervisora Substituta do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 232.414